



Edição 2024

# AGENDA RIO 2030

PRIORIDADES PARA A DÉCADA DA AÇÃO

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Agenda Rio 2030 : prioridades para a década da  
ação / [coordenação Luíze Sampaio, Lucas  
Martins]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :  
Associação Casa Fluminense, 2024.

ISBN 978-65-997879-5-9

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável  
2. Democracia 3. Desenvolvimento econômico 4. Gestão  
pública 5. Meio ambiente 6. Mobilidade 7. Rio de  
Janeiro (RJ) - Condições sociais 8. Rio de Janeiro  
(RJ) - Desenvolvimento sustentável 9. Organizações  
da sociedade civil - Brasil I. Sampaio, Luíze.  
II. Martins, Lucas.

24-207970

CDD-330.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :  
Economia 330.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# AGENDA RIO 2030





Pega Visão ..... **06**

Ciclo de ..... **08**  
políticas públicas

Cidade 2030:..... **10**  
o futuro que queremos

Dez prioridades  
para a metrópole ..... **12**

Prioritárias locais ..... **52**

Segue a missão ..... **56**

Agradecimentos ..... **58**  
e ficha técnica

Fique por dentro ..... **59**  
da Casa Fluminense

# PEGA A VISÃO

Pensar em 2030 já foi olhar para algo muito distante, às vezes até utópico, mas a verdade é que esse ano está cada vez mais próximo dos nossos planos. Grandes mobilizações, das globais às locais, enxergam 2030 como um horizonte de uma nova vida sustentável para todos os povos. Esse foi o prazo acordado entre países-membros das Nações Unidas para consolidar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas específicas. Estamos agora vivendo a chamada “Década da Ação”, são os últimos anos em contagem regressiva até 2030, é tempo de priorizar o vital, urgente, básico e fundamental.

Esse chamado para acelerar os objetivos globais infelizmente se iniciou e foi atravessado pela pandemia da Covid-19. Dos dez anos de ação, pelo menos dois foram completamente tomados pela crise sanitária mais avassaladora que muitos de nós presenciaram.

Essa nova fase global reflete - e precisa mesmo refletir - as conduções dos trabalhos nos territórios em nível local. Nos últimos 10 anos, a Casa Fluminense vem construindo diagnósticos e propostas para um Rio de Janeiro menos desigual, esses documentos são apoiados nos ODS. São dados e narrativas sobre a metrópole feitos a partir da escuta ativa dos territórios, embasados em pesquisas e com capacidade de serem aplicados pelo poder público. Já foram mais de 100 propostas construídas para 10 eixos fundamentais: saúde, educação, assistência social, gestão pública, cultura, emprego, transporte, habitação, segurança e saneamento. De 100 passamos para 48, todas interseccionadas pelas justiça de raça, gênero, econômica e climática. Esta nova edição, que está nas suas mãos, porém, traz um novo formato. **Com a urgência da crise climática e a necessidade de ações concretas até 2030, é necessário eleger prioridades.**

O relógio tem girado cada vez mais rápido, o que eram preocupações sobre aquecimento global se tornaram diagnósticos de um mundo em ebulição. Muitos dos alertas já são realidades, as ondas de calor cada vez mais intensas e chuvas mais fortes do que nunca comprovam que vivemos uma urgência.

Foi nesse cenário que nasceu esta edição da Agenda Rio 2030, com 10 prioridades para a metrópole do Rio. São propostas acompanhadas de planos, com diagnósticos

e referências de caminhos possíveis para sua implementação. As prioridades da Casa até 2030 foram pensadas para acompanhar um pensamento e sonho de cidades, com políticas públicas interseccionais e também intersetoriais. Se nossos problemas por vezes atravessam diferentes campos, a nossa política não pode ser pensada em caixas. Para falar de transporte público precisamos pensar em tarifa zero e direito à cidade, mas também em zero emissões de carbono, zero mortes, campanhas contra assédio sexual e mais transparência de dados, para começar.

A Agenda Rio 2030 é o orientador do trabalho da Casa Fluminense, ela é atualizada a cada dois anos, acompanhando o ciclo eleitoral. Nós buscamos elaborar uma agenda de políticas públicas a partir da definição das prioridades das favelas e periferias do Rio. Nosso principal objetivo é que governos locais criem, planejem, controlem a destinação de recursos públicos a partir de orientações feitas por e para sua população. Buscamos fazer essa sistematização a partir do diálogo com os territórios, lideranças sociais, especialistas, conselheiros, associados e toda a rede da Casa Fluminense.

Travamos nos últimos anos batalhas políticas nacionais decisivas para que pudéssemos voltar a projetar futuros mais justos nas nossas cidades, bairros e favelas. Esse futuro é palpável no calendário oficial do país, o Brasil como sede do G20, espaço em que líderes dos 20 países mais ricos do mundo discutem desafios globais. Com o tema "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável", a cidade do Rio foi a escolhida para o evento. Mobilização que antecede e prepara o país para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, chamada de COP 30, que também acontecerá no Brasil.

Nesse período, os olhos do mundo e dos principais líderes políticos estarão voltados para nós. Teremos chances de participar de decisões estratégicas internacionais, mas, infelizmente, o estado do Rio ainda tem muitas lutas políticas e históricas locais para lidar. Vivemos um ano estratégico para uma virada nas nossas cidades, um desafio é conseguir que prefeitáveis e candidaturas aos cargos das câmaras municipais assumam compromisso com as agendas de mudanças como as endereçadas nesta edição da Agenda Rio 2030.

Para caminhar frente a essa mudança que todos queremos, aqui nesta edição trazemos 10 agendas prioritárias para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro até 2030.

**Pegou a visão? Vem com a gente e boa leitura!**





# CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Conjunto de ações, programas e serviços que são obrigações do Estado com a população para a garantia e acesso a direitos como educação, saúde e transporte. Essas políticas são realizadas com recursos públicos pelas secretarias e outros órgãos responsáveis. Toda política pública é criada a partir de uma necessidade coletiva, ela deve ser baseada em dados e ser pensada junto à sociedade apresentando um plano com metas, regras, orçamento e indicadores.


## EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

 Sistema Único de Saúde (SUS)

 Programa Minha Casa Minha Vida

 Política de cotas

 Bolsa Família

 Gratuidade no transporte

 Política Nacional de Cultura Viva

## QUEM FAZ A POLÍTICA PÚBLICA?

A construção das políticas públicas precisa ser entendida como uma coprodução entre o Estado e a sociedade, ou seja, como algo coletivo. Os políticos, parlamentares e gestores são pessoas escolhidas pela população no processo eleitoral para representar o povo com elaborações de políticas públicas alinhadas às nossas necessidades.



Parlamentares criam e fiscalizam as leis e a aplicação delas pelo Poder Executivo. Este último, por sua vez, coloca as políticas em prática e gere as cidades, estados e país. Já a sociedade civil monitora e cobra por políticas públicas mais assertivas.

# CIDADE 2030: O FUTURO QUE QUEREMOS

**POLÍTICA DO CUIDADO**

**SECRETARIA DE CLIMA**

**TARIFA ZERO**

**CIDADES SEGURAS**

**MORADIAS POPULARES**

**SISTEMAS DE CULTURA E MEMÓRIA**

**MAIS COBERTURA DE ATENÇÃO BÁSICA**

**PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO**

**INVESTIMENTO EM CRAS**

**INSTITUTOS DE PLANEJAMENTO E PESQUISA**

- JUSTIÇA RACIAL
- JUSTIÇA GÊNERO
- JUSTIÇA ECONÔMICA
- JUSTIÇA CLIMÁTICA



## TARIFA ZERO

Zerar as tarifas do transporte público, com as prefeituras assumindo a gestão do sistema de transporte dos municípios, financiando-o com fontes diversas e fundos de mobilidade urbana provenientes dos governos e empresas.



De 2020 a 2023, mais da metade das cidades da metrópole **aumentaram suas tarifas dos ônibus municipais.**



Na RMRJ, cerca de 10% da população **compromete 1/4 ou mais da renda mensal** apenas com dois ônibus municipais por dia útil.

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023)

## O QUE MUDA?



Promoção de inclusão social com maior acesso à cidade.



Expansão do desenvolvimento local e redução do comprometimento de renda com transporte.



Aumento da demanda pelo sistema público, diminuindo os congestionamentos, a emissão de poluentes e as mortes no trânsito.

## O PESO DA TARIFA

A Região Metropolitana do Rio vive uma crise permanente no transporte público com as tarifas altas, serviço sucateado, concessões sem fiscalização e falta de transparência dos dados. O sistema perde passageiros a cada ano, mas as tarifas continuam aumentando, uma lógica que prejudica principalmente moradores das periferias que dependem exclusivamente do transporte público.

Das pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, a maioria é de mulheres que sobrevivem com até R\$ 218 mensais. São, pelo menos, 2,2 milhões de pessoas nessa situação na RMRJ (Mapa da Desigualdade, 2023). Reduzir ou zerar as tarifas possibilita à população acessar outros direitos, como: saúde, emprego, educação e cultura. Pelo país, mais de 100 cidades brasileiras já adotaram a “Tarifa Zero”, passo importante para garantir o direito assegurado pela Política Nacional de Mobilidade e a criação do Sistema Único de Mobilidade.

### VITÓRIA RODRIGUES

📍 São João de Meriti

Estudante de comunicação social

Gasta **80 horas** e **R\$ 342** por mês para ir e voltar da faculdade



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Elaborar decreto ou projeto de lei que torne a tarifa zero uma política municipal obrigatória, com previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA) para além de um fundo, criar planos de mobilidade e conselhos de modo a orientar os gestores na aplicação da política.

### PASSO

# 2

Regulamentar o orçamento municipal para o programa, definindo fontes de receitas como, por exemplo, a taxação do uso privado das vias urbanas. A Lei nº 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, já determina que os meios de transportes particulares devem subsidiar os meios coletivos.

### PASSO

# 3

Reestruturar contratos das linhas de ônibus, dando fim aos monopólios e priorizando a qualidade do serviço, a redução das mortes e das emissões de poluentes, atribuindo transparência e metas de sustentabilidade, de modo a garantir o transporte como direito social básico: gratuito, seguro e limpo.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Coalizão Triplo Zero
- ✓ Agenda Itaboraí
- ✓ Agenda Japeri



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE (EPT) - MARICÁ (RJ).

Foi a primeira cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a adotar a tarifa zero, em 2014. O projeto é viabilizado pelos royalties do petróleo e a medida já trouxe uma economia de pelo menos 20% na renda mensal das famílias, que possuem também bicicletas gratuitas para completar o deslocamento na cidade.

### LEI DO SUBSÍDIO - BELO HORIZONTE (MG).

A capital mineira, de 2,3 milhões de habitantes, possui 12 linhas de ônibus gratuitas para atender vilas e comunidades periféricas de baixa renda, transportando 433 mil passageiros por mês.

### VAIVEM - REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)

Programa do governo do Ceará de transporte público gratuito (ônibus, metrô e vans) nos 19 municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, onde também está Caucaia, maior cidade com gratuidade integral no país. Na fase 1 do VaiVem, estão beneficiados apenas estudantes de instituições públicas e privadas.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.





## SECRETARIA DE CLIMA

Criar uma secretaria municipal que lidere o processo de adaptação e mitigação às mudanças climáticas nas cidades e no enfrentamento ao racismo ambiental com integração às pastas da infraestrutura urbana como transporte, saneamento, habitação e saúde. Uma instância que trabalhe de forma preventiva na transição para cidades mais sustentáveis, mas também junto à Defesa Civil durante momentos de desastres.



**3 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas** no estado do Rio de Janeiro nos últimos quatro anos.



1 a cada 5 lares na metrópole estão em **áreas de alto risco de inundação.**

Fonte: Painel Climático da Casa Fluminense.

### O QUE MUDA?



Diminuição nas perdas e danos causados pelos desastres.



Tornar as cidades mais resilientes, seguras, verdes e limpas.



Queda nas internações por doenças respiratórias, arboviroses e de veiculação hídrica.

## CLIMA É COISA SÉRIA

As mudanças climáticas tornaram mais frequentes e intensos fenômenos como calor e chuva. No Rio, os efeitos das injustiças climáticas e racismo ambiental têm aumentado o número de vítimas durante inundações e deslizamentos.

Nosso estado foi responsável por 2/3 das mortes por desastres ambientais do país de 2010 a 2018. Mesmo diante desse cenário, em 10 municípios da Região Metropolitana do Rio, os planos de contingência e proteção da Defesa Civil não foram encontrados nos portais municipais — sendo oito deles na Baixada Fluminense.

Apenas um dos 22 municípios possui Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas e dois possuem Secretaria de Clima.

### PAMELA MÉRCIA

📍 Petrópolis

Fundadora do Instituto Todos Juntos Ninguém

Sozinho. **Já teve a casa inundada mais de 20 vezes.**



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Determinar a criação da secretaria, seja por decreto municipal pelo Executivo seja por projeto de lei no Legislativo da cidade, com as diretrizes, metas, cronograma e orçamento estipulados.

### PASSO

# 2

Elaborar e implementar um Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas com participação social, em escuta ativa com as brigadas populares do território, e dados atuais sobre o cenário climático da cidade em parceria com a Defesa Civil.

### PASSO

# 3

Estruturar um Fundo e Conselho de Enfrentamento às Mudanças Climáticas com atuação do governo do estado, município, instituições públicas e sociedade civil.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Rede de Adaptação Antirracista
- ✓ Coalizão O Clima é de Mudança
- ✓ Agenda Realengo 2030
- ✓ Coletivo Martha Trindade



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE CLIMA - NITERÓI (RJ).

O município do leste metropolitano do Rio criou a primeira Secretaria de Clima no estado do Rio para cuidar da prevenção e mitigação de danos relacionados às mudanças climáticas, promovendo a interação entre diferentes pastas de governo como Meio Ambiente, Urbanismo, Defesa Civil, Mobilidade e Educação.

### SECRETARIA EXECUTIVA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - SÃO PAULO (SP).

A capital paulista possui uma secretaria criada para coordenar, articular e propor medidas para conectar e integrar estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, seguindo as orientações tanto da Política de Mudança do Clima como do Plano de Ação Climática do município.

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA - SALVADOR (BA).

Há 12 anos foi criada com o objetivo de implementar a resiliência urbana no município. A cidade lançou seu Plano de Ação Climática com 57 ações de curto, médio e longo prazo, entre elas está neutralizar as emissões de gases poluentes. A secretaria também atualizou o Inventário de Gases de Efeito Estufa e o Índice de Riscos Climáticos de Salvador.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.

## POLÍTICA DO CUIDADO

Elaborar uma política municipal do cuidado que preveja a construção de um espaço de participação social - fórum ou conselho - integrado às secretarias de Trabalho, Saúde, Educação e Assistência Social. É necessário aumentar a cobertura de assistência e elaborar programas de transferência de renda, responsabilizando o estado pelo trabalho do cuidado e diminuindo a sobrecarga de trabalhadoras não ou mal remuneradas como donas de casa, mães e cuidadoras informais.



O trabalho invisível realizado pelas mulheres **vale ao menos 8,5% do PIB brasileiro.**



Mulheres gastam, em média, **8 horas semanais a mais do que homens** em afazeres domésticos e/ou em tarefas de cuidado de pessoas.

Fontes: PNAD (2022) | FGV (2023).

### O QUE MUDA?



Diminuição da sobrecarga feminina.



Formalização e remuneração para as trabalhadoras.



Queda da taxa de desemprego.

## CUIDADO NO CENTRO DA POLÍTICA

O trabalho de cuidado diário da casa, família e território é historicamente feito - sem ou com mal remuneração - por mulheres cis e trans, em sua maioria negras, pobres e moradoras de territórios sob vulnerabilidades climáticas e sociais.

Dados do Mapa da Desigualdade 2023 mostram que menos de 1/4 das crianças da região metropolitana estão matriculadas em creches. Por isso, muitas mães e cuidadoras dessas crianças não conseguem estar no mercado de trabalho formal, e as que conseguem precisam lidar com uma diferença salarial de quase R\$ 500 com homens na mesma função.

Para diminuir a sobrecarga feminina é necessário que o poder público passe a valorizar o cuidado como um trabalho, que mantém a nossa economia em movimento.

### MAIARA APARECIDA, 25 ANOS

📍 Complexo do Salgueiro, São Gonçalo

Diretora de Mobilização do Espaço Gaia e mãe de 4 crianças. **Dedica 6 horas por dia só com cuidado.**



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Instaurar um grupo de trabalho intersetorial para elaborar o plano de cuidado municipal com a participação social a partir de uma agenda interseccional priorizando a formalização e remuneração dessas trabalhadoras.

### PASSO

# 2

Elaborar audiências públicas e pesquisas sobre o perfil de quem cuida com mapeamento de tipos de trabalho do cuidado, recorte de gênero e raça e avaliando o peso do cuidado na economia do município.

### PASSO

# 3

Apresentar e implementar um plano municipal com conselho, fundo, orçamento e metas estipuladas. Entre as diretrizes a criação de mais creches, cursos profissionalizantes, formalização das categorias do cuidado com compromisso com a equidade salarial entre os gêneros.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Aliança do Cuidado
- ✓ Espaço Gaia
- ✓ Casa Cuidado



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### POLÍTICA NACIONAL DO CUIDADO - MONTEVIDÉU (URU)

O país vizinho possui uma desde o ano de 2015 com ações focadas em quatro grupos populacionais: crianças, idosos, portadores de deficiência e responsáveis pelo cuidado. Entre as políticas principais estão a criação de Centros de Atenção Integral à Infância e Família, Casas Comunitárias de Cuidados e Licenças Parentais.

### POLÍTICA MUNICIPAL DO CUIDADO - BELO HORIZONTE (MG)

A cidade instituiu em 2023 um grupo de trabalho intersetorial que irá elaborar um diagnóstico com mapeamento de programas e serviços públicos que o município já fornece e, posteriormente, criar a proposta da política municipal. O GT é formado por representantes de diferentes secretarias, instituições de nível superior e especialistas no tema.

### MARCO TRABALHISTA - ARGENTINA

Em 2021 instituiu um novo marco para os direitos das mulheres no país, um decreto que reconhece o direito à aposentadoria das mães que dedicam suas vidas aos cuidados dos filhos. O benefício se dirige àqueles que estão em idade de aposentadoria (60 anos ou mais) e não têm os 30 anos mínimos exigidos de contribuição. Serão considerados dois anos por filho e adicionado um ano para cada filho com deficiência.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.

## INSTITUTOS DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

Criar, fortalecer ou reativar institutos e centros de pesquisa, planejamento e estatística municipais e metropolitano apoiados em conselhos que incluam as redes de Geração Cidadã de Dados. Esses espaços devem ter portais de transparência acessíveis, valorizando a descentralização da produção do conhecimento com ênfase aos marcadores de classe, raça, gênero e sexualidade.



**Apenas 3 das 22 prefeituras** da metrópole publicam dados abertos em seus sites oficiais.



O canal de pedidos de LAIs (E-SIC) **não funcionava** em 4 dos 22 municípios da RMRJ.\*

Fontes: Mapa Brasil Transparente (2020) | InRede.

### O QUE MUDA?



Controle social e transparência sobre a gestão.



Autonomia dos municípios para elaboração de políticas públicas mais qualificadas otimizando o orçamento público.



Protagonismo popular com dados produzidos por e para periferias.

## GOVERNO ABERTO E PARTICIPATIVO

Muitas cidades brasileiras carecem de dados qualificados para apoiar o planejamento estratégico de políticas públicas e intervenções urbanas.

Essa falta de produção de informação junto à baixa transparência e divulgação de dados, torna a gestão pública menos efetiva e democrática, além de dificultar a compreensão dos problemas que a população enfrenta nos territórios, sobretudo as pessoas mais vulnerabilizadas.

Outro ponto é que em muitas cidades vemos também o descumprimento da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), um instrumento de controle social que precisa ter prazos dos pedidos respeitados e respostas adequadas aos conteúdos.

### LUIS VALVERDE

📍 Rio de Janeiro

Observatório Colaborativo da Agenda Urbana Fluminense (OCA, IAB-RJ) e Rede GCD.

**O OCA monitora mais de 70 informações** sobre políticas, planos e programas municipais em todo o estado.



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Garantir recursos financeiros e humanos para institutos e centros de pesquisa municipais já existentes e criar consórcios intermunicipais, a fim de estimular a produção de dados e orientar o planejamento urbano em municípios com poucos recursos, com editais de apoio financiados pelo Instituto Rio Metrópole.

### PASSO

# 2

Estimular a colabora o entre órgãos de pesquisa e estatística municipais e movimentos da sociedade civil para a formula o de questionários, indicadores, metodologias e incorpora o de dados gerados de forma cidadã para subsidiar a formula o, monitoramento e avalia o de políticas públicas.

### PASSO

# 3

Criar editais públicos de fomento para laboratórios de Gera o Cidadã de Dados das periferias para elaborarem pesquisas que visibilizam contextos mais diversos com olhar interseccional para classe, raça, gênero e sexualidade.

## QUEM J  ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Rede Brasileira de Institutos de Planejamento (InRede)
- ✓ Rede GCD - Gera o Cidadã de Dados
- ✓ Antra



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO

#### PEREIRA PASSOS - RIO DE JANEIRO (RJ)

O IPP foi criado em 1999 para coletar, gerir e disponibilizar dados e informa es sobre a cidade do Rio de Janeiro. Esses indicadores públicos, que são monitorados e avaliados, podem apoiar a produ o de políticas públicas e interven es urbanas com evidências qualificadas.

### INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

#### URBANO DE CURITIBA - CURITIBA (PR)

O IPPUC surgiu em 1965 para acompanhar e orientar a implanta o do Plano Diretor da cidade.   a partir da autarquia que obras integradas sobre uso do solo e mobilidade são decididas, o objetivo do IPPUC   cooperar para a elabora o de um desenvolvimento urbano com solu es integradas, sustentáveis e inteligentes.

### INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA - FORTALEZA (CE)

O Iplanfor reúne pesquisas e estudos orientados por dados sobre a capital cearense e a região metropolitana. Entre as ferramentas está o mapa colaborativo que georreferencia as propostas da popula o para a constru o do Plano Diretor e o Desigual Lab, espaço voltado para qualificar dados sobre impactos de programas municipais.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informa es e indicadores de pesquisas realizadas.





## PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO

Fomentar cursos de pré-vestibular social gratuito para alunos que estejam cursando ou que já tenham concluído o 3º ano do ensino médio na rede pública ou em ensino particular com bolsa.



**95% dos inscritos no ENEM** com renda familiar de até 1 salário mínimo eram da rede pública.



70% dos inscritos no ENEM **sem internet em casa são negros.**

Fontes: Mapa da Desigualdade (2023) | Inep (2022).

### O QUE MUDA?



Mais oportunidades para profissionais da educação.



Aumento de estudantes de baixa renda e periféricos nas universidades.



Potencializar equipamentos e recursos públicos de educação.

## EDUCAÇÃO POPULAR COMO TECNOLOGIA SOCIAL

Os prés comunitários são uma ferramenta histórica criada para mitigar a falta de acesso de pessoas pobres e periféricas nas universidades, ação fundamental para o enfrentamento das desigualdades.

Dez anos após a implementação da política de cotas, que possibilitou a entrada de mais negros e indígenas no ensino superior, as últimas crises do país diminuíram o ritmo dessa política de reparação.

Durante a pandemia e desmonte do último governo, quem permaneceu nos territórios foram os pré-vestibulares sociais. Fortalecer, ampliar e tornar esses espaços uma política pública é valorizar essa ferramenta social já consolidada pela e para as periferias.

### LUARA MIRANDA

📍 Rio de Janeiro

Coordenadora do Santa Cruz Universitário

**66 alunos foram aprovados** em 2023.



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Mapear espaços escolares já existentes para que recebam os prês e/ou investir nas organizações comunitárias que já implementaram turmas adotando medidas que garantam a permanência desses estudantes como infraestrutura adequada nas salas, equipamentos, acesso à internet, materiais e alimentação.

### PASSO

# 2

Realizar editais públicos de fomento a pré-vestibulares comunitários que já atuam nos territórios, além de ampliar a contratação de profissionais da educação, priorizando a chamada daqueles já aprovados em concursos públicos.

### PASSO

# 3

Incluir alunos dos prês na política de passe livre, uma forma de reconhecer essa ferramenta como política pública social e garantir o acesso à cidade também a esses estudantes.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Juventude Popular nas Universidades
- ✓ Uneafro
- ✓ Fórum de Prês Populares do Rio de Janeiro
- ✓ Instituto JCA



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### “APROVA JOVEM” - NITERÓI (RJ)

Desde 2017, o projeto - que é administrado pela coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude - tem como objetivo reduzir a desigualdade social, a evasão escolar e facilitar o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade social à faculdade. O público-alvo são jovens de baixa renda, entre 15 a 29 anos, residentes do município, matriculados ou que tenham concluído o ensino na rede pública.

### “MESQUITA APROVA” - MESQUITA (RJ)

Com foco no ingresso em escolas técnicas, institutos federais e universidades, o projeto da Secretaria Municipal de Educação oferece turmas de pré-técnico e pré-vestibular. As aulas acontecem em unidades onde já existem turmas de Educação de Jovens e Adultos, com professores da própria rede municipal.

### PREPARATÓRIO NOVA IGUAÇU - NOVA IGUAÇU (RJ)

Criado em 2006, o preparatório oferece cursos voltados para ensino médio técnico ou militar e superior. As aulas são ministradas por monitores universitários cotistas. Além das aulas, é oferecida também alimentação aos alunos.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.

## INVESTIMENTO EM CRAS

Abrir mais unidades e/ou reativar Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), priorizando a redução da média de famílias para garantir a prestação de serviços socioassistenciais com qualidade e infraestrutura adequada. Ampliar o número de profissionais por unidade e oferecer formações.



Em 15 dos 22 municípios da RMRJ os CRAS estão em sobrecarga.



41% dos inscritos no CadÚnico são mulheres negras.

Fontes: Mapa da Desigualdade (2023) | CadÚnico (01/2024).

### O QUE MUDA?



Ampliação do acesso às políticas de transferência de renda.



Maior segurança para mulheres negras e chefes de família.



Melhora na capacidade de resposta e acolhimento a vítimas de crises climáticas e sociais.

## A CRISE ANTES E DEPOIS DAS CRISES

Em crises sanitárias, econômicas, climáticas e tantas outras que atravessam principalmente as periferias, é a assistência social o serviço público de porta de entrada para que a população vulnerabilizada acesse direitos básicos urgentes.

Os CRAS são responsáveis pelo CadÚnico, o cadastro permite que famílias de baixa renda - a maioria chefiada por mulheres negras - tenham acesso a programas de transferência de renda, por exemplo. As filas nos postos são um retrato da dificuldade de acesso a direitos básicos.

O monitoramento do Mapa da Desigualdade mostra uma piora nesta sobrecarga antes, durante e depois da Covid-19, o que só reforça o descaso histórico com a população mais vulnerabilizada.

### DÉBORA SILVA, 39 ANOS

📍 Belford Roxo

Fundadora da Sim! Sou do Meio

Organização social atende **552 famílias** e realiza uma média de **5.500 atendimentos ao mês**.





## COMO FAZER

PASSO

1

Investir em infraestrutura para reabrir centros de atendimentos que não estão em pleno funcionamento e iniciar obras para abertura de mais CRAS para sanar a sobrecarga.

PASSO

2

Criar um sistema para monitorar o total de famílias atendidas, como é feito no Sistema de Regulação, da saúde (SISREG), com foco em acompanhar a situação nos centros e direcionar as ações prioritárias de mutirões de cadastramento, busca ativa e diagnósticos dos territórios.

PASSO

3

Realizar concursos públicos para a contratação de novos profissionais, garantindo condições de trabalho, formações e seguridade, para ampliação da cobertura das políticas sociais e a continuidade dos atendimentos.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Sim, Sou do Meio!
- ✓ AMIGAS
- ✓ Por Gentileza



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### MAIOR MÉDIA DE RECURSOS POR INSCRITO - BARUERI (SP)

Com mais de 100 mil pessoas inscritas no CadÚnico, a cidade paulista é a mais populosa entre as 100 cidades brasileiras que mais investiram em assistência social em relação à população cadastrada, um valor de R\$ 2.413, frente a R\$ 318 da média nacional em 2022.

### MAIOR ORÇAMENTO ENTRE AS CAPITALS - BELÉM (PA)

Em 2022, Belém do Pará foi a capital brasileira que mais gastou com assistência social em relação ao seu orçamento municipal, um percentual de 6,1% frente à média de 2,5% de todas as capitais.

### INVESTIMENTO 4X MAIOR QUE A MÉDIA - JUNDIAÍ (SP)

Entre as cidades mais populosas do Brasil, a cidade paulista foi a que mais gastou com assistência social em relação ao número total de pessoas inscritas no Cadastro Único, um valor de R\$ 1.383, frente a uma média de R\$ 319 entre as mais populosas.

Fonte: Anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil (2024).

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.

## MAIS COBERTURA DE ATENÇÃO BÁSICA

Ampliar a cobertura da atenção básica nos municípios, com novas unidades e reformas das existentes além da contratação de profissionais em todas as áreas da saúde, de modo a garantir a estratégia de saúde da família (ESF) e o funcionamento das unidades do SUS, especialmente nas periferias e favelas.



7 municípios da RMRJ possuem **menos da metade da sua população** coberta pela atenção básica.



Os municípios da Baixada apresentaram **piores coberturas da atenção básica** de toda a RMRJ.

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023).

### O QUE MUDA?



Redução da desigualdade no acesso à saúde, sobretudo para populações vulneráveis.



Queda da mortalidade prematura com mais ações preventivas.



Redução da sobrecarga em outros níveis de equipamentos de saúde.

## ATENÇÃO BÁSICA COMO PORTA DE ENTRADA DA SAÚDE

A atenção básica é o primeiro nível de atenção em saúde, a porta de entrada onde é realizado um conjunto de ações que vão desde a orientação e prevenção de agravos até o direcionamento do atendimento para complexidades superiores.

Ela é o principal instrumento no trabalho de vigilância e monitoramento dos territórios por ter profissionais mais próximos das comunidades.

Mas vivemos um processo de precarização, falta de investimentos em estrutura e profissionais, um combo que tornou o Rio de Janeiro o estado com a pior cobertura de atenção primária do país, segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde.

### GLAUCO VITAL

📍 Rio de Janeiro

Ativista e Palestrante LGBTQIA +

O atendimento médico voltado para pessoa trans na cidade do Rio se iniciou **há pouco mais de cinco anos.**



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Identificar todas as áreas de atuação e população sob responsabilidade das equipes de Saúde da Família e da Atenção Básica para mapear as áreas sem cobertura, focalizando o investimento nesses territórios.

### PASSO

# 2

Implementar plano de carreira, com progressão salarial e política de formação - principalmente sobre saúde da população negra e LGBTQIA+ - para atrair e garantir a permanência de profissionais. Investir preferencialmente em equipes formadas por profissionais dos próprios territórios.

### PASSO

# 3

Reformar e ampliar as unidades básicas existentes, e construir novas em áreas sem cobertura, garantir também a instalação e manutenção de equipamentos necessários para funcionamento adequado das unidades.

## QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Fiocruz
- ✓ Observatório de Saúde Transmasculina
- ✓ Projeto Garupa
- ✓ Geledés
- ✓ ONG Criola



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### AUMENTO REPRESENTATIVO NO ORÇAMENTO - MAGÉ (RJ)

Até dezembro de 2023, a cidade era um dos destaques da metrópole por possuir uma cobertura de 100%, quando, em 2021, essa taxa era de 63%. Nos últimos anos, o município vem investindo mais do que o mínimo exigido por lei na área da saúde. Outra iniciativa para reduzir e eliminar filas foi o Expresso Saúde, com diversos serviços ambulatoriais, como consultas e exames.

### TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA EM TERESINA (PI)

Essa é a capital do estado com a melhor cobertura de atenção primária de saúde do país, segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, o alcance é de 99,9%. Dados do Ministério da Saúde, apontam que a região se destaca por ter grande parte das suas UBS informatizadas, com uso do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e conectadas à plataforma e-SUS.

### FLORIPA MAIS SAÚDE - FLORIANÓPOLIS (SC)

Segundo o e-Gestor, a capital possui 100% de cobertura da atenção primária há pelo menos três anos. Em um convênio com o Ministério da Saúde, o programa Floripa Mais Saúde vem possibilitando o investimento na atenção primária na cidade junto à chegada de novas equipes pela iniciativa Mais Médicos, a projeção é que haja um aumento de 25% no número de equipes de saúde do município.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.

## CIDADES SEGURAS

Criar um programa de prevenção e proteção nas áreas públicas, com foco em uma segurança municipal voltada à garantia da vida e não ao combate armado, investindo em infraestruturas e na conservação e bom funcionamento dos serviços públicos.



No ano de 2022, houve **833 denúncias de crimes ambientais** como construções irregulares, parcelamento do solo, desmatamento e extração mineral em toda a RMRJ



Houve **166 casos registrados de violência sexual e de gênero** no transporte público na RMRJ

Fontes: SEPM (2022) | Mapa da Desigualdade (2023).

### O QUE MUDA?



Garantia do direito à cidade e senso de pertencimento.



Ampliação da circulação e convivência cidadã.



Juventude periférica com mais acesso a oportunidades.

## SEGURANÇA PÚBLICA PARA ALÉM DE ARMAS

Os municípios não podem continuar se ausentando do debate da segurança pública, que até então se prende a uma lógica de combate ao crime e do armamento, é preciso que a gestão pública chegue antes. São as prefeituras as principais responsáveis pelos serviços públicos mais próximos à vida cotidiana da população, a disputa começa com um trabalho preventivo estratégico com foco na proteção da vida, principalmente da juventude negra e periférica.

Na Região Metropolitana do Rio, uma a cada três vítimas de mortes violentas são jovens de 18 a 29 anos, em sua maioria homens e negros. Proteção e defesa da vida têm a ver também com a garantia de políticas urbanas e sociais, em ações intersetoriais por parte dos governos municipais para a garantia de acesso e pleno funcionamento de serviços básicos. Uma cidade segura passa por uma cidade com livre circulação de pessoas, respeito ao trabalhador informal e apoio para se locomover com iluminação e presença pública nas vias entre outros equipamentos rotineiros que precisam do controle e fiscalização da gestão para funcionar.

### DEPOIMENTO ANÔNIMO

📍 Jacarezinho, Rio de Janeiro

Educadora ambiental

Foi **vítima de assédio aos 14 anos** indo para a escola.





## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Construir diagnósticos e planos municipais para cidades seguras, com foco em oportunidades para a juventude periférica, proteção de crianças e adolescentes, combate à violência de gênero, prevenção e tratamento da dependência química, reinserção social de egressos dos sistemas socioeducativo e prisional entre outros.

### PASSO

# 2

Identificar áreas do município com maiores índices de criminalidade, planejar e realizar ações integradas entre órgãos públicos voltadas à prevenção, como iluminação pública, programas de emprego e capacitação, melhoria da infraestrutura urbana de praças, calçadas e áreas de lazer, criação de espaços de convivência e cultura, boa oferta de transporte público entre outras iniciativas.

### PASSO

# 3

Adotar metas de prevenção à corrupção e fortalecer medidas que já existem em órgãos municipais, com mais regulamentação, transparência e prestação de contas. Ampliação de canais de denúncias e ações de fiscalização para crimes como grilagem de terras, construções irregulares, apropriação e loteamento ilegal.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ FPOPSEG
- ✓ Rede de Observatório de Segurança
- ✓ Plano CPX Alemão



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### URBANISMO SOCIAL - MEDELLÍN (COL)

A segunda maior cidade da Colômbia, que já foi considerada a mais violenta do mundo mudou sua dinâmica a partir do urbanismo social. Em 1991, 79% do orçamento municipal passou a ser aplicado em melhorias na cidade, linhas de teleféricos foram criadas para ligar as favelas ao centro da cidade junto a um Projeto Urbano Integral (PUI) para enfrentar os problemas crônicos de habitação e escassez de espaços de convivência, recreação e educacionais.

### VIDA NOVA NAS GROTTAS - MACEIÓ (AL)

Lançado em 2016, o programa é a primeira iniciativa pública endereçada às grotas em Alagoas. Com parceria da ONU Habitat, hoje, a iniciativa integra todas as secretarias de estado de Alagoas, realizando ações em comunidades de Maceió para inclusão social, desenvolvimento econômico, mobilidade urbana, saúde, educação e outras áreas, com investimento de R\$ 200 milhões.

### CENTRO COMUNITÁRIO DA PAZ - RECIFE (PE)

Inspirada em Medellín, o Compaz faz parte da Secretaria de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife e em 2019 foi escolhido como o melhor projeto de redução de desigualdade social do país, pelo Programa Cidades Sustentáveis e pela Oxfam Brasil. Segundo a gestão, o Compaz gerou uma queda de 15% na violência ao longo de quatro anos nos territórios onde o equipamento está instalado.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.



## MORADIAS POPULARES

Estruturar política de habitação de interesse social, priorizando a oferta nas centralidades infraestruturadas dos municípios, identificando imóveis e terrenos vazios que possam ser transformados em moradia e oferecendo assistência técnica para melhorias habitacionais. Foco em medidas de aplicação orçamentária em habitação, com a adoção de modelos de autogestão que aprofundem o controle e participação social.



As mulheres negras representam cerca de 40% da população **vivendo em casas improvisadas** na RMRJ.



De 2019 a 2022 **não houve produção de moradia popular** para as famílias mais vulnerabilizadas (Faixa 1).

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023).

### O QUE MUDA?



Readensamento de áreas centrais e maior acesso a serviços para populações mais pobres.



Geração de empregos na construção civil e economia de recursos públicos com aproveitamento da infraestrutura já existente.



Ampliação do acesso a moradias para mulheres negras, as mais afetadas pelo déficit.

## TANTA CASA SEM GENTE E TANTA GENTE SEM CASA

Mesmo sendo um direito constitucional, o acesso à moradia digna não chega a todos. O Minha Casa Minha Vida já produziu milhares de moradias a quem mais precisa. Apesar disso, hoje, o estado do Rio de Janeiro possui um déficit habitacional de, pelo menos, 500 mil moradias. Esse índice mede a quantidade de famílias vivendo em moradias inadequadas ou sem moradias, considerando dados como precariedade habitacional e elevado custo de aluguel.

Em contrapartida, existem terrenos e imóveis sem uso nas centralidades urbanas que poderiam ser aproveitados para a produção de moradia, cumprindo sua função social - como é previsto na Constituição. Com tantas dificuldades, parte da população vive em moradias precárias, e cerca de 70% dessas moradias no Rio são chefiadas por mulheres<sup>1</sup>. Nessa lacuna de políticas públicas, as ocupações se tornam uma saída para as pessoas, são movimentos sociais que devem ser ouvidos para repensar a situação das moradias.

### VANIA SANTOS, 54 ANOS

📍 Rio de Janeiro

Integrante da Iniciativa Pipa e da Cozinha Solidária Vito Giannotti

**Perdia três horas no transporte** antes de se mudar para ocupação no Centro.

<sup>1</sup> Fundação João Pinheiro.



## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Incluir no Plano Diretor a aplicação de instrumentos de gestão social de valorização da terra, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), IPTU progressivo, direito de preempção e destinação de contrapartidas e recursos de operações urbanas diversas como fontes de recursos para compor o Fundo Municipal de Habitação.

### PASSO

# 2

Criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - que devem ser previstas no Plano Diretor - em áreas com solo urbano não - ocupado e mapear imóveis e prédios públicos vagos, sobretudo nas áreas centrais dos municípios, para produção de habitação de interesse social em áreas já dotadas de infraestrutura urbana, adotando medidas para garantir a função social da propriedade.

### PASSO

# 3

Regulamentar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social com participação popular no conselho, adotando práticas que fortaleçam a gestão coletiva da terra e a segurança da posse a partir do cooperativismo habitacional, autogestão ou Termo Territorial Coletivo. Garantir também a inclusão de assistência técnica, com suporte técnico e apoio público ou de negócios sociais de construção civil.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
- ✓ União de Moradia Popular no Rio de Janeiro
- ✓ Agenda Caxias



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### DESTINAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO À HABITAÇÃO

#### RIO DE JANEIRO (RJ)

A Ocupação Vito Giannotti conseguiu uma recomendação favorável do Ministério Público Federal (MPF) para que o imóvel ocupado por 30 famílias seja destinado à habitação de interesse social. O prédio já estava abandonado há 10 anos pelo INSS sem cumprir função social. No processo, o MPF entendeu que o imóvel já não serviria para atividades operacionais do INSS e recomendou que o órgão elabore junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) um conjunto de medidas para adaptação do prédio às famílias da ocupação.

#### TERMO TERRITORIAL COLETIVO TANZÂNIA-BONDENI - VOI (QUÊNIA)

Para contornar o problema da concentração fundiária e da gentrificação no território, a cidade no sul do Quênia implementou a primeira experiência de Termo Territorial Coletivo do sul global, garantindo a participação e controle comunitário sobre o território, direitos individuais sobre as casas e construções e a proibição de proprietários ausentes e da venda da terra. O projeto promoveu moradia acessível, posse da terra à população de baixa renda e investimentos em infraestrutura urbana.

#### POLÍTICA DE MIXITÉ SOCIALE - PARIS (FRA)

A política de diversidade social é uma das ações da capital francesa para melhorar as condições e a oferta de habitação para parte da população a partir da locação social. Em Paris, cerca de 25% de todos os residentes vivem em moradias populares, entre as medidas que contribuem para isso está a lei que dita um percentual obrigatório de Habitação de Interesse Social (HIS) para cada novo empreendimento e também o direito legal que a prefeitura possui de impedir a venda de um edifício, comprar a propriedade e convertê-la em moradia pública.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.



## SISTEMAS DE CULTURA E MEMÓRIA

Regulamentar a legislação e execução dos recursos de cultura com foco na proteção da memória, consolidando o Sistema de Cultura com conselho, plano e fundo (CPF) feitos com e para mestras e mestres do patrimônio material e imaterial da cultura.



17 dos 22 municípios da RMRJ **investem menos de 1%** do seu orçamento em cultura.



**73% dos museus abertos** da metrópole estão na capital.

Fontes: Siconfi (2022) | Ibram (2024).

### O QUE MUDA?



Descentralização do fomento à cultura pela cidade.



Valorização e reconhecimento em vida das mestras, mestres e grãos.



Qualificação da gestão patrimonial e do uso de recursos humanos e financeiros.

## PROTEÇÃO AOS DETENTORES DAS NOSSAS MEMÓRIAS

Um novo Plano Nacional de Cultura está sendo construído e será orientador dos planos estaduais e municipais. Entre as propostas se destaca a necessidade da aprovação da Lei de Mestres e Mestras, com objetivo dar condições sociais e materiais aos atores que fazem transmissão dos saberes e fazeres culturais. Fazem parte desse ecossistema cultural comunidades, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ciganos e caiçaras, e tradições populares, como bate-boleiros, cirandas, corais guaranis, folias de Reis e do Divino, grupos de Mineiro Pau, jongos, rodas de capoeira e serestas.

Agora, com a volta do Ministério da Cultura e o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC) sancionado, é oportuno que gestões locais também se reorganizem. O SNC vem para descentralizar recursos para estados e municípios, a partir de programas como a Política Nacional Lei Aldir Blanc (PNAB). As prefeituras precisam criar ou atualizar seu conselho, plano e fundo municipais (CPF) de cultura para poderem receber recursos do sistema nacional. Não tem como garantir a democratização dos recursos sem a participação e proteção da memória e saberes tradicionais, o cuidado com a cidade depende também da defesa dos seus detentores e símbolos culturais.

### TEREZA ARAPIUM

📍 Rio de Janeiro

Liderança da Aldeia Maracanã

**Lutam há 20 anos** pelo reconhecimento da **única**

Universidade Indígena do Rio





## COMO FAZER

### PASSO

# 1

Fortalecer e popularizar o Sistema de Cultura nas cidades incentivando a participação nos conselhos municipais de cultura e de proteção do patrimônio cultural para construir e regulamentar o plano e fundos municipais com mais representatividade.

### PASSO

# 2

Beneficiar mestras e mestres dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, com editais de fomento à proteção da memória, como a criação de centros culturais e pesquisas, com o objetivo de salvaguardar atores e suas manifestações populares.

### PASSO

# 3

Abrir espaços de formação técnica para grupos que são guardiões da memória e do patrimônio dos seus territórios para garantir o acesso, a sustentabilidade e a manutenção de sua participação nas políticas públicas culturais e inserção nos programas de fomento.

### QUEM JÁ ATUA NESSE TEMA?

- ✓ Observatório Baixada Cultural (OBaC)
- ✓ Agenda Meriti
- ✓ Agenda Rio das Pedras 2030



## EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS

### LEI DO PATRIMÔNIO VIVO - MACEIÓ (AL)

A Lei nº 13.351/2003, reconhece realizadores e grupos que se dedicam a preservar e salvaguardar a cultura secular da cidade. A medida irá beneficiar tanto pessoas físicas quanto grupos artísticos tradicionais. Mestras e mestres da cultura vão receber, de forma vitalícia, um salário mínimo e meio. Já os grupos culturais, ganham uma bolsa de dois salários mínimos, com a obrigatoriedade de renovação periódica de cadastro.

### MUHCAB - RIO DE JANEIRO (RJ)

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira na cidade do Rio foi criado em 2017 dedicado à história e legado da escravidão no Rio de Janeiro. Para sua elaboração foi formado um grupo de trabalho para levantamento de fontes documentais, acervos, atores sociais e temas, e a preparação da escuta ampliada. Em seguida, a Secretaria Municipal de Cultura firmou um Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco. Posteriormente foi elaborado um estudo preliminar, que teve por meta estabelecer os objetivos e parâmetros de viabilidade cultural, social, arquitetônica e financeira da iniciativa.

### CENTRO DE CULTURA POPULAR DA BAIXADA

#### FLUMINENSE (CCPBF) - MESQUITA (RJ)

É uma organização da sociedade civil ligada às culturas populares, que atua desde 2009 no desenvolvimento de políticas públicas para valorização de expressões culturais que nos identificam como povo brasileiro, enquanto fomenta iniciativas que elevem a autoestima dos que vivem na região da Baixada Fluminense.

**Nota:** As experiências territoriais foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: relevância e tamanho das cidades, representatividade geográfica, transparência das informações e indicadores de pesquisas realizadas.



# PRIORITÁRIAS LOCAIS



## AGENDA ACARI: PLANO DE PREVENÇÃO E AÇÃO CONTRAS AS ENCHENTES EM ACARI.

Criação de um reservatório de controle da vazão do rio Acari na favela, com obras de drenagem e dragagem, além da inclusão de sinalização sonora e visual para evacuação, mapeamento atualizado, estruturação de abrigos e o fortalecimento dos equipamentos públicos de saúde diante dos riscos de doenças pós enchente.



## AGENDA BELFORD ROXO: REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO

Por exigência do Estatuto das Cidades - Lei no 1.025/2001 (art. 52 inciso VI), os planos diretores das cidades devem ser revistos a cada 10 anos, porém Belford Roxo encontra-se desde 19/12/2006 sem nova atualização. Com isso fazemos com que essa proposta seja nossa maior prioridade, pois entendemos que todas as faltas de políticas públicas que pautamos na Agenda 2030 perpassam pela ausência da atualização desse plano, visto que muitas mudanças foram feitas geograficamente e nenhuma se adapta ao crescimento populacional da cidade.



## AGENDA CAXIAS: CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL

Criação de projeto a ser mantido com 100% do repasse orçamentário da privatização da Cedae para o município, com vistas à inclusão participativa das áreas mais vulneráveis socialmente da cidade, na elaboração e execução de planejamento de saneamento básico, a partir do diagnóstico aprofundado dessas regiões que ampare o enfrentamento ao racismo ambiental.



## AGENDA GRANDE MADUREIRA: INVESTIMENTO EM MOBILIDADE URBANA

Buscar junto à Agetransp formas de melhorar os acessos às estações, possibilitando o cumprimento da Lei nº 13.146, que instituiu o estatuto da pessoa com deficiência. Dialogar com a sociedade civil e coletivos sobre a discussão da passagem gratuita nos fins de semana. Cobrar da Secretaria de Transportes e da Rio Ônibus o retorno das linhas que ainda não foram restabelecidas pós-pandemia, assim como as linhas que rodavam de madrugada e que foram retiradas de circulação. Buscar a criação de canais mais eficientes para a denúncia de ônibus sem ar-condicionado.



## AGENDA BANGU: CENTRALIDADE E RECONHECIMENTO DO PIONEIRISMO

O bairro está localizado no centro geográfico e na história da cidade, foi aqui que surgiram o primeiro clube de futebol proletário, primeiro jogador negro, o berço da moda no Brasil e o ponto mais alto da cidade. Está na hora do nosso território retomar este protagonismo, valorizando a sua memória e história.



## AGENDA CAMPO GRANDE: TRANSPORTAR PESSOAS, MOVIMENTAR VIDAS

Implantar a tarifa zero em todos os modais: trens, ônibus, barcas e metrô e serviços como BRT e VLT. Tornar os meios de transporte acessíveis e de qualidade para todos. Exigir e fazer cumprir essa demanda justa do povo carioca.



## PLANO COMPLEXO DO ALEMÃO: AGENDA LOCAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Propor a regulamentação nas casas legislativas, principalmente a municipal, sobre a relevância de se observar as agendas e planos locais na formulação de planos e leis. Incluindo a participação efetiva da sociedade na formulação de políticas públicas territorializadas, monitoramento e cogestão.



## AGENDA ITABORAÍ: TARIFA ZERO

A instauração de ônibus tarifa zero precisa ser realizada em parceria com institutos de pesquisa especializados em compreender a implementação bem como a gestão do transporte público. Deverá ser feita por uma autarquia para que assim possamos evitar a monopolização do transporte público.



### AGENDA ITAGUAÍ: FUTURO COM JUSTIÇA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

A cidade produzindo riquezas com justiça social e sustentabilidade. É necessário que as políticas públicas sejam elaboradas com o protagonismo da população, sobretudo nos eixos temáticos mais importantes do município: saúde, educação, mobilidade urbana, trabalho e saneamento.

### AGENDA JAPERI: AGRICULTURA FAMILIAR

Criação de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, para a ampliação do consumo de produtos locais, fornecendo à comunidade alimentos de manejo sustentável e frescos, produzidos na própria cidade.

### AGENDA PENHA: SAÚDE INTEGRAL: CUIDADO COMUNITÁRIO, AUTOCUIDADO, ANCESTRALIDADE E AQUILOMBAMENTO

Repensar a estratégia da saúde da família e a clínica psicossocial, experimentando um cuidado mais integrado a partir do conceito ampliado de saúde, dialogando com as áreas verdes e os sistemas alimentares na favela, com as ações de acompanhamento comunitário e colaborativo, conectadas com a dimensão psíquica, espiritual, cultural, educativa e toda sua diversidade.

### AGENDA QUEIMADOS: PROTEGER RIOS, PREVENIR ENCHENTES E MELHORAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Reflorestar margens dos rios e realizar limpeza periódica de rios para mitigar enchentes. Ampliar e conectar as redes coletoras às estações de tratamento de esgoto (ETEs) atualmente desativadas, evitando o despejo de esgoto domiciliar in natura nos rios. Fazer estudo para localização de novas ETEs.

### AGENDA REALENGO: PARQUE VERDE REALENGO

Queremos incidir nos 50% do Parque Susana Napolini já construído enquanto lutamos por sua expansão em 100% do terreno da antiga fábrica de cartuchos de Realengo. Não queremos prédios, queremos áreas públicas de lazer.

### AGENDA RIO DAS PEDRAS: PROJETO RIO VIVO

Restaurar e criar estratégias de conservação da mata ciliar do rio das Pedras, bem como implementar medidas de saneamento para evitar o despejo irregular de lixo e esgoto no rio.

### AGENDA SANTA CRUZ: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA OESTE

Hoje temos mais de 25 mil jovens sem escola e sem trabalho, é preciso integrar a indústria situada na região e a sociedade civil para equilibrar o desenvolvimento territorial, ampliando as oportunidades e reduzindo desigualdades socioeconômicas.

### AGENDA SÃO GONÇALO: FORTALECER A GOVERNANÇA DE ASSUNTOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO

Divulgar programas prioritários na área ambiental e disponibilizar dados assertivos sobre saneamento em bases como o SNIS. Incentivar a participação da sociedade civil nas reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente e na elaboração de planos. Fiscalizar corretiva e preventivamente de forma regular estabelecimentos potencialmente poluidores.

### AGENDA SÃO JOÃO DE MERITI: PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Planejar e executar o Plano, focado na participação da população com a implantação, plantio, manutenção e monitoramento de árvores, visando ao aumento da qualidade de vida e de áreas verdes no território meritiense.

### AGENDA MAGÉ: EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Oferecer oportunidades de formação, trabalho e renda para os jovens, identificando vocações, valorizando seu protagonismo e gerando experiências de trabalho.

### CARTA DE SANEAMENTO DA MARÉ COLETA SELETIVA DE LIXO NAS FAVELAS

A Maré é maior do que 95% dos municípios do país e sua população cresce exponencialmente. Os serviços da Comlurb não têm investimento diretamente proporcional à demanda populacional. É preciso aumentar e melhorar o serviço de coleta por meio de equipamentos, número de garis e frequência.

### AGENDA VILA KENNEDY: SEGURANÇA PÚBLICA

Definir protocolos sobre a abordagem policial para garantir que os direitos dos moradores sejam respeitados, a partir da escuta com organizações locais e endereçadas aos órgãos de segurança, afim de coibir violação de direitos humanos e todo tipo de violência.



# SEGUER A MISSÃO

Queremos disputar o conceito de poder público, falar de incidência e litigância para efetivação de políticas públicas para e com o povo. Planejamento, orçamento e execução precisam de transparência e participação, não restam dúvidas para nós. Assim como há certeza de que a transformação estrutural vai emergir da população, justamente aquela que não está devidamente representada nas instâncias de tomada de decisão sobre os gastos e investimentos e não tem justo acesso à justiça. A ação da década é lutar com quem está na luta. Por quem de direito e com quem não tem garantidos os direitos. Nesse nosso sentido coletivo, a pressão é o caminho.

Nossa escolha nesta Agenda foi fazer escolhas. Representar, priorizar, focar, monitorar e incidir. Para o ciclo que com ela se recomeça, precisamos nos posicionar sobre algumas falácias e apontar caminhos para o bem-viver da população metropolitana do Rio de Janeiro:

Tarifas são técnicas, mas são políticas. **Transporte não é mercadoria**, é acesso à justiça, às justiças.

Organizações da Sociedade Civil não são Centros de Referência da Assistência Básica, **OSCs não são CRAS**, e ambas, as equipes e os equipamentos, precisam de investimento.

Instituições populares que produzam estatísticas sobre o povo, para dizermos com redundância e eloquência que **dados não estão dados**, precisam ser gerados e valorizados para a cidadania.

**Atenção ao cuidado.** Cuidado é agenda, é economia, é política, é sobre a sociedade, sobrecarga. É tempo, é dinheiro. É emprego, é renda; é assistência, é saúde; é vida.

**Clima é coisa séria**, indenizar populações afetadas e que enfrentam o racismo ambiental e lidam com as injustiças climáticas, já. Responsabilizar por omissão e negligência, quem nada faz sobre as adaptações necessárias.

**Saúde Integral** nas favelas e periferias, prioridade para grupos prioritários, mais cobertura para cada sutura, agilidade para as comorbidades.

**Educação é acesso.** É superior, é média, é básica, é infantil, é fundamental. A mobilidade nesse sentido é social.

Poder contar a nossa própria história, com centros de memória, patrimônios vivos, sistemas de cultura. Conselhos, Planos e Fundos, CPFs para **salvaguardar nossas identidades**.

Prevenir é melhor que remediar e **reparar é melhor do que omitir**. Por cidades de direitos, antirracistas, antissexistas e resilientes, para todas as pessoas.

Habitar para além do morar. **Ocupar e resistir**. Viver e sonhar.

Nos 10 anos da Agenda Rio, nesta edição comemorativa e denunciativa falamos em eixos, setores e justiças. Tudo junto e misturado, como é a vida na metrópole, com o pragmatismo necessário para influenciar os programas, projetos e mandatos e buscar as vitórias nos pleitos. E assim seguir para mais uma década.

Pautamos junto com nossa Rede de Lideranças e as Agendas Locais, temas e territórios. Moradia, economia, mobilidade, equidade, prevenção, atenção, saúde integral, saneamento básico universal, memória e mais acessos do que nunca antes na história.

Insistimos no combate à pobreza, ao racismo, ao sexismo, à degradação do meio ambiente. Perseveramos em fortalecer lideranças sociais, monitorar e incidir sobre as políticas públicas e desenvolver a Casa e a sociedade civil como um todo. Nas favelas, nas periferias, na Zona Norte e na Zona Oeste, na Baixada e no Leste. No Rio inteiro.

**Bora!**



## FICHA TÉCNICA

AGENDA RIO 2030 - EDIÇÃO 2024

### Coordenação da Publicação

Luize Sampaio | Lucas Martins

### Edição

Paola Lima | Taynara Cabral | Taty Maria

### Supervisão

Vitor Mihessen | Larissa Amorim

### Apoio à Pesquisa

Bruna Neres | Carín Nuru | Letícia Marinho

### Suporte Administrativo

Larissa Carneiro

### Revisão Ortográfica e Gramatical

Mariflor Rocha

### Projeto Gráfico

Arthures Garcia | Kaléu Menezes | Taynara Cabral

### Apoio Institucional

ICS | IAF | FORD | OSF | Ibirapitanga

## FOTOGRAFIAS

Mayara Donaria (pág 4, 28, 44, 48 e 52), Stefano Aguiar / ITDP Brasil (pág. 12), Bea Domingos (pág. 16), Rafael Brito (página 8 e 20), Patrick Marinho (pág. 24), Lucas Linhares (pág. 36 e 40)

## EQUIPE CASA

Coordenação Geral | Vitor Mihessen

Coordenação de Informação | Luize Sampaio | Lucas Martins

Coordenação de Comunicação | Taynara Cabral | Carín Nuru | Kaléu Menezes

Coordenação de Operações | Taty Maria | Larissa Carneiro | Letícia Marinho

Coordenação de Mobilização | Paola Lima | Bruna Neres

Coordenação Executiva | Larissa Amorim

## AGRADECIMENTOS

Ana Paula Brandão

Bruno Araujo

Carlos Nhangá

Débora Silva

Desiree Reis

Fabbi Silva

Glauco Vital

Georgia Nicolau

Gisele Castro

Henrique Silveira

João Pedro Martins

Luara Miranda

Luiza Xavier

Luiz Valverde

Marcelle Decothé

Maiara Aparecida

Pablo Nunes

Pamela Mércia

Rafael Calabria

Soledad Maria

Suellen Guariento

Tereza Arapium

Vania Santos

Vitória Rodrigues de Oliveira

William Jefferson Cardoso

## FIQUE POR DENTRO DA CASA



MAPA DA  
DESIGUALDADE



PAINEL  
CLIMÁTICO



AGENDA RIO 2030  
E AGENDAS LOCAIS



CASA  
FLUMINENSE



ISBN: 978-65-997879-5-9

CBRL



9 786599 787959